

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.736.513 - SP (2018/0092902-3)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
AGRAVANTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
AGRAVADO : **V F**
ADVOGADOS : **ILANA MULLER - SP146174**
: **NATASHA DI MAIO ENGELSMAN - SP345302**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
EMBARGANTE : **V F**
ADVOGADOS : **ILANA MULLER - SP146174**
: **NATASHA DI MAIO ENGELSMAN - SP345302**
EMBARGADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. SERVIDOR PÚBLICO. CULPABILIDADE. MAIOR REPROVABILIDADE DA CONDUTA EVIDENCIADA. PERDA DO CARGO PÚBLICO. ILEGALIDADE FLAGRANTE. CONCESSÃO DE *HABEAS CORPUS* DE OFÍCIO. ART. 654, § 2º, DO CPP. AGRAVO IMPROVIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. O fato de ser o réu servidor público do Poder Judiciário constitui fundamento indôneo a ensejar a majoração da pena-base a título de culpabilidade, por evidenciar maior reprovabilidade da conduta, que exorbita o delito de estupro de vulnerável. Precedentes.
2. Embora a matéria relativa à perda do cargo público não tenha sido objeto de debate pelo Tribunal de origem, na medida em que se trata de ilegalidade flagrante, deve ser conhecida a apreciada de ofício, nos termos do art. 654, § 2º, do CPP, não merecendo, pois, reparos a decisão agravada.
3. A perda do cargo público, como efeito da sentença penal condenatória, nos termos do parágrafo único do art. 92 do Código Penal, não é automática, dependendo de fundamentação específica.
4. Os embargos de declaração servem ao saneamento do julgado eivado de um dos vícios previstos no art. 619 do Código de Processo Penal – ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão –, hipóteses inexistentes no julgado recorrido.
5. Agravo regimental do Ministério Público Federal parcialmente provido e embargos de declaração de V. F. rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, dar

Superior Tribunal de Justiça

parcial provimento ao agravo regimental do Ministério Público Federal e rejeitar os embargos de declaração de V. F., nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator